



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MARIA CLARA RODRIGUES BERNARDINO

**AVALIAÇÃO FORMATIVA: SEU LUGAR NOS PROJETOS POLÍTICOS-
PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO GAMA - DF**

**Brasília - DF
2023**

Maria Clara Rodrigues Bernardino

**AVALIAÇÃO FORMATIVA: SEU LUGAR NOS PROJETOS POLÍTICOS-
PÉDAGÓGICOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO GAMA-DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Prof. Dra. Lucimara Gomes de Oliveira de Moraes.

**Brasília – DF
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB523 Bernardino, Maria Clara Rodrigues
Avaliação Formativa: seu lugar nos Projetos
Políticos-Pedagógicos de escolas públicas do Gama- DF /
Maria Clara Rodrigues Bernardino; orientador Lucimara Gomes
de Oliveira de Moraes. -- Brasília, 2023.
51 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Avaliação. 2. Avaliação Formativa. 3. Projeto
Político-Pedagógico. 4. Democratização. I. Moraes, Lucimara
Gomes de Oliveira de, orient. II. Título.

Maria Clara Rodrigues Bernardino

**AVALIAÇÃO FORMATIVA: SEU LUGAR NOS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO GAMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Prof. Dra. Lucimara Gomes de Oliveira de Moraes.

Banca Examinadora

Prof.a Dra. Lucimara Gomes Moraes (Orientadora)
Faculdade de Educação – FE/UnB

Prof. Dr. Paulo Henrique de Felipe (Examinador)
Faculdade de Educação – FE/UnB

Prof.a Mônica Aparecida Serafim Cardoso (Examinadora)
Faculdade de Educação – FE/UnB

Prof.a Silmara Carina Dornelas Munhoz (Professora Suplente)
Faculdade de Educação - FE/UnB

Brasília, 22 de dezembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

À minha madrinha, Sarah Eline, por ser exemplo de força e coragem de ser feliz.

À minha avó, Maria Ivan, a primeira feminista que eu conheci, uma mulher à frente do seu tempo que sempre incentivou suas futuras gerações a se engajarem e criar sua própria independência.

À minha mãe, Marilúcia Rodrigues, que me ensinou a trabalhar duro e correr atrás daquilo que eu almejo.

Aos meus avôs, Otávio Rodrigues de Oliveira, Maria Elita e Antônio Bernardino, que sempre me amou incondicionalmente e nunca hesitou em me fazer o melhor que eles podiam, saibam que seu amor e seu legado me acompanham sempre.

A minha tia, Marilane, que me ensinou sobre resiliência, paciência e entender que tudo tem um momento para acontecer.

Às minhas amigas e amigos, João Victor Ferreira, Caio Berg, Clara Mota, Laura Fernanda que me acompanham na trajetória de descobrir a vida, tendo alguém para rir e chorar junto.

Às minhas companheiras de faculdade e de profissão, Isabela Sá, Luiza Galvão, Marina Prazeres, Lorena Gullo que acreditam que podemos melhorar o mundo através da educação.

Ao meu pai, Wilton Bernardino, que sempre cuida de mim e se preocupa comigo.

Ao meu irmão, Elionae Rodrigues, minha maior referência e admiração, que me tornou tia das crianças maravilhosas que eu amo Clarice e Henrique Mesquita.

À dança por ser um refúgio de calma em momentos tão turbulentos.

À minha orientadora, Lucimara Moraes, que não me deixou desistir e acreditou no meu potencial para escrever essa pesquisa. Além de me acompanhar nessa trajetória tão importante da minha vida.

À banca examinadora, pelo tempo e atenção disponibilizados para leitura, avaliação e qualificação deste trabalho.

E a todos que tornaram esse trabalho possível, muito obrigada!

RESUMO

O artigo tem como tema a avaliação escolar e apresenta o objetivo de investigar como a avaliação formativa está presente nos Projetos Políticos-Pedagógicos em escolas públicas do Gama. O referencial teórico fundamenta-se no pensamento de Villas Boas (2017, 2020, 2023) presente em obras e entrevista. A metodologia orienta-se pela abordagem qualitativa com análises documental e bibliográfica, bem como entrevista com a Professora Benigna Maria de Freitas Villas Boas. Os resultados indicam que o Projeto Político-Pedagógico é uma ferramenta e um elemento da organização do trabalho pedagógico que atua a favor da democratização do saber. O conceito de avaliação formativa encontra-se declarado nos Projeto Político-Pedagógicos analisados, no entanto, percebeu-se um distanciamento da concepção em certas práticas apresentadas nos documentos disponibilizados pelas escolas.

Palavras-chave: avaliação formativa; democratização; Projeto Político-Pedagógico.

ABSTRACT

This study explores the subject of school assessment and aims to examine how public schools in Gama apply the formative evaluation principles when developing their Political Pedagogical Project. The theoretical framework is based on the thoughts of Villas Boas (2017, 2020, 2023), as established in her works and in an interview. The methodology considers a qualitative approach, comprising documental and bibliographic reviews, as well as an interview with Professor Benigna Maria de Freitas Villas Boas. Results show that the Political Pedagogical Project contributes to the democratization of knowledge. The principles of the formative evaluation were identified in the documents devised by the schools, but some of the practices set forth in those documents did deviate from the formative evaluation conception.

Keywords: formative evaluation; democratization; Political Pedagogical Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama Tríplice de Avaliação: Democratização, PPPs e Aprendizagem	20
Figura 2 - Nuvem de palavras Escola Classe “Educação”	24
Figura 3 - Nuvem de palavras da Escola Classe “Escola”	26
Figura 4 - Nuvem de palavras da Escola Classe “Estudantes”	28
Figura 5 - Nuvem de palavras do Jardim de Infância “Crianças”	31

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
MEMORIAL	11
1 INTRODUÇÃO	15
2 PERCURSOS METODOLÓGICOS	18
3 DEMOCRATIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A AVALIAÇÃO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	20
4 AVALIAÇÃO NOS PROJETOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS	24
4.1 Escola Classe “Educação”	24
4.2 Escola Classe “Escola”	26
4.3 Escola Classe “Estudantes”	28
4.4 Jardim de Infância “Crianças”	31
CONCLUSÃO	34
PROJEÇÕES FUTURAS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	39
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM VILLAS BOAS	41

APRESENTAÇÃO

Este artigo trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília sobre a avaliação formativa. O documento almeja cumprir os requisitos necessários para aprovação para a certificação de graduação em pedagogia.

O presente trabalho se estrutura em duas seções principais: memorial e artigo e segue às normas da ABNT e aquelas propostas pela Resolução número 01-2016 da Faculdade de Educação. Para melhor organização, as seções foram divididas entre os tópicos de democratização e a análise de Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) no intuito de melhor organizar o trabalho.

Para a construção do trabalho, foi realizada uma entrevista com a Prof. Dra. Benigna Maria de Freitas Villas Boas, professora emérita da UnB. A entrevista seguiu as orientações éticas de pesquisa com seres humanos e obteve a aprovação pelo Comitê de Ética. O projeto aprovado no Comitê de Ética tem como responsável a Prof. Dra. Lucimara Morais, Maria Clara Rodrigues Bernardino, eu, e uma colega de graduação Marina Prazeres, que desenvolve pesquisa com a mesma temática.

MEMORIAL

Nasci no dia quatro de junho de 2002, numa cidade chamada Gama, na região administrativa do Distrito Federal, a 30 km de Brasília. Quatro anos depois do meu nascimento, meus pais e eu nos mudamos para o Cruzeiro Novo, lugar onde eu moro até hoje. Não me lembro muito da minha vida antes da mudança, mas conheço essa parte da minha história através dos olhos de pessoas que me amam muito, minha família. Minha mãe conta que eu era uma garotinha muito barulhenta durante os meus primeiros meses de vida, história que meu pai e meu irmão confirmam. Eles também me contaram que eu chorava muito e dormia pouco. Não demorei muito para aprender a andar. No meu primeiro aniversário, eu já estava correndo e na comemoração de dois anos estava falando.

Com três anos, comecei a ir para a escola. Meu primeiro dia de aula foi em uma escola presbiteriana, apelidada pela pequena Maria Clara de “tesbiteriana”. Vestida com uma saia vinho e uma blusa branca, iniciei meu processo formal de aprendizagem. No ano seguinte, estava matriculada no Sesc, onde tive como atividade extracurricular aulas de balé. Quando a pequena eu não parecia gostar tanto de dança como eu gosto agora, pois meus dias de meias-calças e sapatilhas não duraram mais que 1 ano.

Em março de 2007, ao mudar para o Cruzeiro Novo, também tive de mudar de escola e me adaptar a uma rotina bem diferente da qual estava acostumada. Comecei a frequentar uma escola pública no Cruzeiro Velho. Infelizmente, foi nessa escola que tive minha pior experiência escolar. Estava no Jardim II, e minha professora era muito rígida, às vezes, até mesmo bruta. Lembro que ela colocava os alunos com o rosto virado para parede caso fizéssemos alguma coisa errada. Éramos crianças de apenas quatro ou cinco anos em uma sala com uma mulher adulta, julgando e esperando, impacientemente, que mudássemos nossos pensamentos infantis. Hoje tenho consciência de que era uma professora que não tinha a formação necessária para atuar na Educação Infantil.

Essa situação me marcou de uma forma tão negativa, que sempre que o horário de me arrumar para estudar chegava, chegava também a dor de cabeça, a febre e a diarreia. Meu corpo começou a reagir, quando o choro e os argumentos mal formulados de uma criança de 5 anos não conseguiam mais convencer, de que não era apenas uma crise de criança mimada que não queria ir para a escola. Naquele ano, deixei de frequentar as aulas antes do segundo semestre acabar. Depois das minhas “férias prolongadas”, fui para um colégio pequenininho, apenas algumas ruas da minha casa, chamado Mundo Mágico. Lá o mundo realmente pareceu mágico para mim. Tive professoras incríveis e levo seus ensinamentos no coração até hoje. Fui recebida

muito bem, o que me fazia com que eu quisesse ir para a escola e me esforçar para aprender a matéria.

Foi nessa escola que fui alfabetizada. Com o incentivo de professores, de minha mãe, Marilúcia Madureira, também educadora, de meu pai, Wilton Bernardino, e de meu irmão, Elionae Rodrigues, que é um grande exemplo para mim, passei a me interessar cada vez mais por leitura. Espero um dia poder, também, instigar outras crianças por meio da leitura. A partir do ensino fundamental, passei a adorar participar de todas as apresentações que aconteciam na escola. Depois da formatura do 5º ano, comecei o Ensino Fundamental II no Ciman, um colégio ainda mais perto da minha casa do que o anterior.

Nesse período, me desenvolvi muito, perdendo a vergonha e me conhecendo melhor. Passei a me envolver em todos os eventos que a escola podia me proporcionar. Comecei, inclusive, a questionar algumas regras e padrões sociais impostos nos quais eu era obrigada a me encaixar. Nessa época, conheci pessoas muito legais, que são minhas amigas até hoje, algumas delas passaram na UnB e seguem nessa caminhada da vida comigo.

Enquanto a maioria dos meus amigos continua na mesma escola, após a formatura no Fundamental, eu fui cursar o Ensino Médio no Centro de Ensino Médio Setor Oeste. Tive um choque de realidade ao sair da escola particular. Reconheci muito rapidamente que vivia em uma bolha e não conhecia quase nada do mundo. Acho que foi aí que comecei a entender o que era consciência de classe. Não cheguei a ficar de recuperação, mas no segundo ano as minhas notas caíram um pouco e tive que me adaptar a diferentes metodologias de avaliação.

Em 2018, me inscrevi em um curso de francês, mas tive de trancar e priorizar o curso de inglês. Nesse mesmo ano, comecei a me interessar mais por matemática e até cheguei a passar para a segunda fase da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Foi uma das minhas primeiras experiências com avaliação classificatória. Além disso, participei da minha primeira competição de dança. A experiência de estar no palco do Festival Melanina foi incrível e compensou a rotina maluca e cansativa que estava vivendo. Ainda em 2018, com apenas 16 anos, tive a oportunidade de viajar com Clara Mota, uma amiga muito querida, para o Canadá. Passamos dois meses na casa da minha madrinha, Sarah Eline, conhecendo a cidade em que ela morava. Voltei para o Brasil com as energias renovadas depois de matar um pouco da saudade que estava da minha família canadense. Depois de muito aprendizado e uma dose extra de responsabilidade, voltei de lá uma pessoa diferente, mais madura e com um inglês mais aperfeiçoado. Após esse ano muito agitado, iniciei meu último ano escolar.

A minha rotina no 3º ano continuava cheia: tinha escola, cursinho pré-vestibular, curso de inglês, ensaios de dança e ainda procurava encontrar momentos para socializar. No meio do

ano, formei-me no curso de inglês e voltei a estudar francês no segundo semestre. O cursinho que eu fazia faliu, mas alguns professores continuaram dando aula, mesmo sem receber, e só contaram aos alunos depois. O relato deles me inspirou e ajudou na minha decisão em cursar pedagogia. Com tantas coisas que precisava fazer, passei a estudar o conteúdo das aulas em qualquer lugar que conseguia, por isso sempre carregava minha mochila comigo. O esforço valeu a pena. Apesar da rotina cansativa, eu adorava tudo que eu fazia. Fui recompensada com uma formatura repleta de boas lembranças e com amigos e familiares orgulhosos. Algumas semanas após ter conquistado meu diploma do Ensino Médio, descobri que tinha conseguido uma vaga para a UnB, através do Programa de Avaliação Seriado (PAS).

Foi uma grande conquista para mim e tive a sorte de dividir esse momento especial com pessoas que me acompanham há tanto tempo: meus amigos. Conheci João Victor Batista e Caio Berg ainda no Ensino Fundamental e tivemos a chance de entrar na universidade juntos. Não cursamos a mesma graduação, mas isso não nos impediu de torcer um pelos outros e de ajudar sempre que podíamos. Isabela Sá e Luiza Galvão me acompanham desde o Ensino Médio e são companheiras na formação como futuras pedagogas na Faculdade de Educação e fizeram grande diferença durante as aulas remotas. Além de todas as pessoas que conheci durante minha trajetória universitária, me inspirando e acompanhando durante a graduação.

Iniciei esse memorial ainda no início da minha graduação e tinha grandes expectativas com o curso. Ao longo do tempo, estudando mais a fundo os textos e com as discussões em sala de aula, tive certeza de que algo que sempre me marcou na pedagogia foi a questão humana. Os professores que passaram pela minha trajetória deixaram muito mais que apenas conteúdos, ajudaram a construir meu pensamento crítico e empático. Nesse sentido, entender os alunos, independentemente da idade, como um sujeito de direitos, que antes de ser aluno é ser humano, me causou diversas reflexões. Quando cursei a matéria de Avaliação Escolar, isso não foi diferente. Saltava-me aos olhos a maneira como discutíamos o conceito de avaliação formativa. A maneira que a professora apresentava os conteúdos me marcou muito e fez com que, alguns meses depois, a escolhesse como orientadora para este trabalho.

Minha trajetória como estudante da Universidade de Brasília ainda não chegou ao fim, mas já me propiciou diversas oportunidades e muitas memórias boas, entre as quais destaco a possibilidade de integrar em um grupo de extensão FORMAMCIPA, organizado pelo Prof. Dr. Erlândo da Silva Reses. Apesar da pandemia e do isolamento social, participei de ações na semana universitária promovendo o grupo e até auxiliei na organização da biblioteca da FE, estando presente no dia de sua inauguração como membro organizador. Participei também do projeto de residência pedagógica pela CAPES e pude vivenciar a experiência de uma escola rural por um tempo. Infelizmente, tive que sair antes de completar o projeto por problemas

peçoais. Mesmo que não tenha participado de forma integral, levo as aprendizagens para incorporar ao meu repertório como futura pedagoga.

Durante o curso de pedagogia, realizei estágios obrigatórios em escolas públicas. Em alguns momentos, enfrentei períodos de greve, que não considero como fator comprometedor, mas, sim, complementador. Minha mãe era sindicalista e chegou a me levar em manifestações em prol de melhorias para a educação. Anos depois, participei de outras manifestações por minha própria escolha, entendendo e defendendo as paralisações das instituições as quais fui vinculada ao longo da vida.

Também estagiei em uma escola particular como estágio não obrigatório, na qual aprendi muito com minhas colegas estudantes e com as professoras regentes, algumas, inclusive, formadas na UnB. Esses momentos me renderam diversas trocas e aprendizagens. Com os estudantes, pude ver muito da prática e da realidade de uma sala de aula, me instigando para pesquisar mais e questionar meus professores em sala de aula sobre as experiências que vivenciava.

Quando fui conversar com a professora Lucimara sobre a possibilidade de participar do projeto da professora Benigna, ela me apresentou algumas escolas e não pude negar meu interesse em analisar as escolas do Gama. Acredito que ter um envolvimento emotivo com a região administrativa influenciou muito na minha escolha. Lembro-me de acompanhar minha mãe, que foi diretora por muitos anos no Centro de Ensino Médio 01 do Gama, em reuniões e conhecer desde pequena o lugar onde nasci imersa no universo escolar. Acredito que não tinha como não me envolver com a educação na minha graduação depois de estar envolvida com ela minha vida inteira, me transformando e me emocionando sempre e sendo motivo e objeto de luta.

1 INTRODUÇÃO

“A sala de aula é uma comunidade. E avaliação é esse meio que propicia o professor ser ou não ser democrático”
– Villas Boas (Informação verbal, 2023)

O presente artigo foi desenvolvido como trabalho de conclusão de curso, no âmbito acadêmico de graduação em pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB), seguindo as normatizações da Faculdade de Educação, Resolução 1-2016. O trabalho se desenvolve na área de avaliação educacional e tem como principal objetivo investigar como a avaliação formativa está presente nos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) de escolas do Gama/DF. Para que a discussão fosse desenvolvida, o artigo se baseou nas obras mais recentes da professora Benigna Villas Boas (2017, 2020), professora da Universidade de Brasília e referência nesta área.

Para alcançar os objetivos específicos de compreender a avaliação formativa por meio das obras da Profa. Dra. Benigna Villas Boas, apresentar e discutir o papel do PPP como instrumento de democratização nas escolas do DF, e identificar as concepções de avaliação nos PPPs de escolas públicas do DF, foram utilizadas bases legais e textos sobre avaliação para fomentar e embasar teoricamente, enriquecendo a análise dos documentos escolhidos.

A Avaliação Formativa é uma decisão política e pedagógica que se contrapõe a visão tradicional de avaliação que, normalmente, no senso comum, restringe-se a notas relacionadas a apenas um tipo de recurso avaliativo: as provas. A Avaliação Formativa busca ir além e se utiliza dos resultados para planejar novas ações em busca de alcançar as aprendizagens, deixando de ser uma mera avaliação das aprendizagens para se transformar em uma avaliação para as aprendizagens (Villas Boas, 2020). O foco da avaliação escolar, comprometida com as aprendizagens, não deve ser nos exames de larga escala, classificatórios e que não contemplam as especificidades dos alunos e das realidades enfrentadas pelas escolas, mas sim para a concretização das aprendizagens. Sabe-se que essa transição entre a concepção de avaliação excludente arraigada na história da educação brasileira para a avaliação emancipatória não acontece de maneira natural e que para ser implementada é necessária compreensão do tema.

Segundo Popham (2008 *apud* Villas Boas, 2020), a expressão “avaliação formativa” foi usada primeiramente por Scriven (1967, *apud* Villas Boas, 2020) em referência à avaliação de programas educacionais, e, em 1969, Blom (*apud* Villas Boas, 2020) tentou transferir o termo para a avaliação escolar, mas não obteve sucesso. Apenas nas últimas décadas é que o termo tem se voltado para a área e, justamente por ser uma discussão recente, causa grandes dúvidas

em toda a comunidade escolar, fazendo com que muitos professores tenham dificuldades em entender e colocar em prática os conceitos de avaliação formativa.

Essas lacunas transformam discussões sobre o tema ainda mais pertinentes quando se pensa e defende uma educação que seja mais igualitária e humana. O comprometimento na busca por uma educação de qualidade para todos deve, então, ser pautada na preocupação em uma avaliação para as aprendizagens. A avaliação não se restringe a sala de aula e deve ser uma preocupação de toda a instituição de ensino. Surge então o questionamento: Qual a visão das escolas sobre a avaliação formativa? A partir dessa questão problema, traçou-se o seguinte objetivo: investigar o lugar da Avaliação Formativa nos documentos oficiais das escolas, os Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs), que atendem a requisitos legais, como expresso no Art.12 da LDB (Brasil, 1996) e apresentam a identidade da escola.

A análise dos PPPs com foco em investigar o lugar da avaliação formativa faz parte de um projeto de pesquisa do GEPA – Grupo de Pesquisa em Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico. O projeto tem a intenção de compreender se e como as instituições de ensino apresentam o tema avaliação em seus documentos. As escolas selecionadas são um recorte da amostra do projeto de pesquisa do GEPA, a escolha das instituições foi realizada por meio de estratégia aleatória. Como orientanda da professora Dra. Lucimara Morais, integrante do GEPA, tive a oportunidade de integrar a equipe e escolher analisar algumas escolas da região administrativa do Gama.

No texto de apresentação do livro *Conversas sobre avaliação*, Villas Boas (2020) traz o silenciamento do tema avaliação formativa na formação inicial de professores. Além da falta de pesquisas, apresento a falta de disciplinas que tem o foco na avaliação no curso de Pedagogia na UnB. Segundo a matriz curricular do curso, disponibilizada no site oficial da Faculdade de Educação (FE), existem duas matérias obrigatórias sobre a temática e uma optativa ofertada. Vale a pena ressaltar que a disciplina Avaliação Escolar se tornou obrigatória apenas recentemente, com a atualização do currículo, em 2019 e é ofertada pelos três departamentos, sem uma definição clara de qual profissional deveria oferta-lá (UnB, 2019).

O tema parece ser temido por alunos e por professores, justamente pela falta de informação justificando, assim, a importância e a relevância da publicação de pesquisas sobre o tema por graduandos em pedagogia e em outras licenciaturas de formação inicial.

A análise dos PPPs ajuda a entender como as escolas têm enxergado as mudanças no campo de avaliação e a ver, na teoria e nos documentos oficiais, como as mudanças propostas em pesquisas e as alterações nas legislações têm atingido as escolas. A análise aponta para a importância de colocar em prática o conceito de avaliação formativa, analisando os resultados do trabalho proposto para uma reorganização do trabalho pedagógico. É necessário saber qual

o lugar da avaliação nesses documentos para planejar possíveis intervenções e instigar discussões acerca do tema.

A escolha pelas escolas da região do Gama, que fica a cerca de 30 km de Brasília, se deu pelo vínculo que possuo com a região administrativa (RA). Nasci no Gama e tenho uma relação com a RA, pois minha mãe e minha avó trabalharam como professoras em escolas públicas do Gama e nunca deixaram de explicitar seu carinho pela região e sua área de atuação dentro do contexto escolar. Seus relatos instigaram a minha curiosidade para estudar mais sobre o lugar que inspirou e marcou a história profissional da família.

Entender o lugar da avaliação no PPP de Escolas Classes e de um Centro de Educação Infantil também enriquece a pesquisa. Talvez pela impossibilidade de aplicar instrumentos somativos na educação infantil, a avaliação não é tão discutida. No livro “Conversas sobre avaliação”, Corrêa (2020) comenta sobre a escassez de pesquisas que se debruçam sobre o tema avaliação dentro do contexto da educação infantil.

As ações desenvolvidas buscam responder à questão norteadora deste trabalho: Como a avaliação formativa está presente nos Projetos Políticos-Pedagógicos de escolas do Gama? Para alcançar o objetivo principal, foram traçados os objetivos específicos de compreender o conceito de avaliação formativa no pensamento da Profa. Dra. Benigna Vilas Boas, discutir o papel do Projeto Político-Pedagógico como documento norteador da democratização de escolas públicas do Gama e identificar a avaliação formativa nos Projetos Políticos-Pedagógicos de escolas públicas do Gama.

No intuito de alcançar os objetivos estabelecidos, o artigo se divide em seções de desenvolvimento uma sobre democratização e sua relação com a avaliação e o PPP, que desenvolve os primeiros objetivos específicos e outra que se direciona para a leitura e análise dos PPPs de quatro escolas públicas da região administrativa Gama.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se orienta por abordagem qualitativa com foco na análise bibliográfica e documental, pois fundamenta-se em textos já publicados e documentos de propostas pedagógicas divulgados por escolas públicas, previamente selecionados de maneira amostral e aleatória. Em seguida foram divididas por região administrativa e selecionadas a da região Gama. Além da pesquisa bibliográfica e documental, houve o enriquecimento da compreensão do objetivo por meio da realização de uma entrevista feita com a professora Benigna Maria de Freitas Villas Boas (APÊNDICE B). O levantamento bibliográfico tem o site do Grupo de Pesquisa em Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico (GEPA) como escolha para base de dados, pois conta com as publicações realizadas pela Dra. Profa. Benigna Maria de Freitas Villas Boas, autora escolhida para a discussão do tema principal.

Para complementar a pesquisa, foi utilizado um aplicativo denominado *Voyant Tools*, ferramenta que permite a análise de textos digitais através da transformação em dados, como nuvem de palavras e contabilizando o uso de termos específicos (Sinclair; Rockwell, 2023). Esse recurso foi utilizado para determinar o nome fictício das escolas analisadas durante a pesquisa e facilitar a análise observando as palavras mais utilizadas no PPP de cada escola.

A pesquisa documental se caracteriza pela coleta de dados feita a partir de documentos. Esses são escolhidos de acordo com o intuito da pesquisa e abrangem diferentes insumos, que não se restringem apenas a materiais escritos (Silva, 2017). Os documentos escolhidos foram disponibilizados pela SEEDF e formulados pelas escolas responsáveis para o ano de 2023.

Segundo Mattar e Ramos (2021) a pesquisa bibliográfica pode ser considerada um tipo específico de pesquisa documental, que se desenvolve a partir da revisão de diferentes textos publicados, entre eles teses, dissertações, artigos científicos, capítulos e livros. Por analisar obras já publicadas sobre o assunto da avaliação formativa, a presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica. Nesse caso, a escolha de textos e livros ocorreu de acordo com o autor, o tema de pesquisa e pelo corte temporal, sendo assim, serão analisadas as publicações mais recentes no intuito de manter a discussão atualizada.

A entrevista é um instrumento de coleta de dados qualitativo que permite com que o pesquisador explore, de maneira mais aprofundada, um tópico, um assunto. Além disso, ressalte-se o benefício de adaptar as perguntas de acordo com o desenvolvimento que a entrevista proporciona, nesse caso, quando se utiliza o modelo semiestruturado. Para que a coleta de dados seja proveitosa, é necessário que o entrevistado se sinta confortável para falar, para tal as perguntas não devem ser invasivas. Ademais, deve-se considerar as expectativas do entrevistador e do entrevistado (Souza; Carvalho; 2023). Nesse caso, como o foco principal da

discussão é a “avaliação formativa”, a entrevistada escolhida foi Benigna Maria de Freitas Villas Boas.

A escolha pela autora se deu pela sua relevância dentro do campo educacional, principalmente, quando relacionada à área de avaliação tendo em vista que a docente é uma referência dentro da Universidade de Brasília, justificada pela sua trajetória e pelo empenho que acarretou o recebimento do título de professora emérita. Para cumprir as orientações da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e manter a lisura do processo, foi enviado um roteiro de perguntas (APÊNDICE A) para o Comitê de Ética¹, que aprovou a realização desta pesquisa. Ressalta-se que, antes da gravação, foi apresentado à entrevistada o termo de consentimento livre esclarecido, que foi assinado pela convidada, declarando sua anuência.

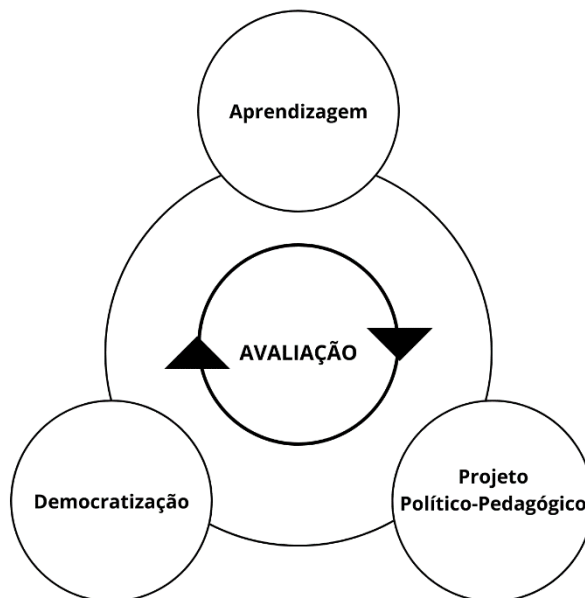
No intuito de proteger as escolas analisadas e manter o sigilo, as instituições foram renomeadas com base nos resultados gerados pela ferramenta *Voyant Tools* (Sinclair; Rockwell, 2023). O nome escolhido se deu a partir do termo em destaque em uma nuvem de palavras elaborada pela plataforma a partir dos termos mais usados nos PPPs.

¹ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: 73406423.0.0000.5540

3 DEMOCRATIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A AVALIAÇÃO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Esta seção busca alcançar os objetivos de discutir o papel do Projeto Político-Pedagógico como documento norteador da democratização de escolas públicas do Gama e compreender o conceito de avaliação formativa no pensamento da Profa. Dra. Benigna Vilas Boas. Proponho, então, um diagrama de tríplice entre aprendizagem, democratização e PPP e como a avaliação perpassa os eixos. Como base para a discussão, utilizo os documentos legais, as orientações e diretrizes da SEEDF e reflexões da autora Ilma Passos Veiga (1995), maior referência no tema PPP na Faculdade de Educação da UnB.

Figura 1 - Diagrama Tríplice de Avaliação: Democratização, PPPs e Aprendizagem



Fonte: Elaborada pela autora.

Para iniciar a discussão, registra-se alguns dos conceitos de democratização/democratizar. Segundo o dicionário online, *dicio.com*, um dos significados para o termo é o ato de tornar acessível a todas as pessoas e classes (Democratização, 2023). Segundo o dicionário Houaiss a definição é tornar(-se) popular; colocar(-se) ao alcance do povo, da maioria da população (Democratizar, 2024). Segundo o dicionário Michaelis, democratizar é tornar(-se) popular ou acessível (Democratizar, 2015). Na educação, a democratização atinge diferentes níveis. No âmbito legal, quanto à democratização de acesso, a legislação prevê a garantia do direito à educação de qualidade para todos, embasada pela Constituição Federal de 1988 afirma que é dever do Estado a oferta de ensino fundamental obrigatório, gratuito, de educação infantil e da universalização do ensino médio, inclusive para

pessoas que não tiveram acesso na idade própria (Brasil, 1988). Neste contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 4º inciso I, afirma que é dever do Estado a garantia de educação básica, gratuita e obrigatória dos quatro aos dezessete anos (Brasil, 1996).

A LDB, em seu artigo 3º inciso VIII, define que o ensino será pautado no princípio da gestão democrática de instituições públicas. O artigo 12º inciso I da LDB trata sobre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, entre elas a de elaborar e executar sua proposta pedagógica, chamada de PPP no decorrer deste artigo (Brasil, 1996). Embora a orientação para o desenvolvimento do documento determine que o termo utilizado seja “proposta pedagógica”, observa-se, na análise dos textos formulados pelas escolas, a utilização da nomenclatura anterior: PPP Projeto Político-Pedagógico. O P da sigla que se refere à político foi retirado dos documentos legais, mas não deixou de ser utilizado no dia a dia das comunidades escolares, que não fizeram a adequação ao termo, como comentado por Villas Boas durante a entrevista (Informação verbal, 2023).

A formulação do PPP da escola é pautada por algumas exigências, entre elas, a participação de todos os segmentos que constituem a comunidade de escolar, conforme o Regimento da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF, 2019), caracterizando, dessa maneira, a prática da gestão democrática. Em entrevista com Villas Boas, percebe-se o papel fundamental do PPP no fortalecimento da democratização, o que exige a participação de toda a comunidade escolar (Informação verbal, 2023).

Segundo Ilma Passos Veiga (1995), o PPP é um projeto que se lança adiante a partir da base que já se tem constituída. É uma ação intencional e deve ser discutida de forma coletiva. É político e democrático, pois se discutem os interesses da comunidade escolar a fim de construir o projeto a partir dos interesses da população majoritária, ou seja, trata-se de um instrumento de luta.

Segundo a autora, a escola é uma instituição social inserida no sistema capitalista que reflete as determinações e contradições da sociedade (Veiga, 1995). O PPP, quando construído no âmbito da gestão democrática, favorece o rompimento das relações de poder, exercendo sua autonomia para a construção de um projeto com intencionalidade pedagógica, que visa a formação cidadã crítica e consciente.

O projeto político-pedagógico é o documento de identidade da escola, materialização do planejamento contínuo dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Nesse projeto, as dimensões política e pedagógica são indissociáveis. A dimensão política reside no fato de a educação estar intimamente articulada ao compromisso sociopolítico, aos interesses reais e coletivos da população; ao compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. A dimensão pedagógica define as ações educativas e as características necessárias às escolas para cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (Silva; Villas Boas, 2017).

Entende-se, então, que o PPP propicia a vivência democrática e o exercício da cidadania e orienta a organização do trabalho pedagógico da escola (Veiga, 1995). Para uma boa construção deste documento, é necessário conhecer o contexto da escola e de sua comunidade. Para entender, em parte, a realidade das escolas estudadas, torna-se necessário situá-las historicamente e geograficamente. De acordo com as informações da página oficial da internet do Governo do Distrito Federal [2023], não há conhecimento exato sobre a origem do nome escolhido para a região, entretanto, acredita-se que o nome veio a partir do Platô do Gama, onde estão localizadas as cabeceiras do ribeirão com o mesmo nome. A Região Administrativa do Gama foi criada a partir da Fazenda Gama, que era composta por cerca de 1000 pessoas segundo o censo experimental de Brasília em 1959. A região era uma das áreas selecionadas como possível lugar para a construção da Capital da República quando da transferência do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Possui um território que se divide entre urbano e rural e se caracteriza por possuir uma organização que lembra um formato de colmeia (Distrito Federal, [2023]).

Não diferente da realidade de outros lugares do Distrito Federal, a RA Gama enfrenta dificuldades de desigualdade social e violência, por isso o desenvolvimento de propostas de cultura de paz junto à comunidade escolar, citadas nos PPPs de escolas públicas da região, em resposta, em que o documento norteador atua como instrumento de lua e de transformação social (SEEDF, 2023)

Segundo Silva e Villas Boas (2017), a avaliação se articula aos objetivos e metas do PPP da escola e assume caráter político e pedagógico, devendo ser praticada como meio para a emancipação dos sujeitos e a reorganização do trabalho pedagógico. De acordo com Villas Boas, em entrevista em 2023, na escola, tudo se imbrica. Não existe uma gestão democrática sem uma avaliação democrática e vice-versa. A pesquisadora afirma que o processo avaliativo se desenvolve em toda a escola e está presente em todos os momentos do trabalho pedagógico.

A avaliação interliga o PPP à democratização de modo que, segundo a autora Villas Boas (2017) a avaliação deve estar presente desde o planejamento até os momentos finais, pois inicia, acompanha e finaliza o trabalho pedagógico e não se restringe à sala de aula, abrangendo também as avaliações institucionais e em larga escala. Entende-se que o planejamento do professor deve refletir as concepções de avaliação decididas de forma coletiva no PPP.

Em entrevista, a professora Benigna, afirma que o PPP é uma forma de democratização e que a gestão democrática influencia de maneira positiva na escola, e que o ambiente influencia a organização do trabalho pedagógico (OTP), fazendo com que os professores repensem sua prática pedagógica e considerem a avaliação de forma mais democrática, colocando em prática o conceito de avaliação formativa, definido por Villas Boas como:

O processo pelo qual são analisadas continuamente todas as atividades em desenvolvimento e as desenvolvidas pelos estudantes, para que eles e os professores identifiquem o que já foi aprendido e o que falta ser aprendido, a fim de que se providenciem os meios para que todos avancem sem interrupções e sem percalços. Essa análise permite a organização/reorganização do trabalho pedagógico com vistas ao alcance das aprendizagens por todos. Por meio dessa função avaliativa, nada fica para depois e cada um tem suas necessidades de aprendizagem atendidas (Villas Boas, 2017).

Ou seja, uma avaliação que interliga o direito à educação, a democratização do saber a participação política, por meio da elaboração do PPP (Figura 1). O destaque nessa tríade é a democratização do saber historicamente construído pela humanidade, direito de todos os brasileiros, o que pode ser construído nas escolas por meio de uma orientação formativa nos processos avaliativos. E é com base nessa discussão e a partir desse conceito de avaliação formativa que os PPPs foram analisados.

final do texto (Sinclair; Rockwell, 2023). O PPP (SEEDF, 2023a) possui 67 páginas e é dividido em 17 seções.

Educação foi a primeira escola do Gama a implementar a política de jornada ampliada. Neste ano, a escola atende aproximadamente 470 alunos, divididos em 31 turmas. Apesar de defender a democratização, a direção entrou no cargo por indicação da regional de ensino pois não houve interesse dos docentes à candidatura (SEEDF, 2023).

Educação apresenta, logo na introdução, o PPP como um objeto em construção e fruto do protagonismo da comunidade. Os dados coletados em discussões coletivas ou através de formulários avaliativos demonstram a promoção de políticas que buscam envolver a comunidade. Essa participação revelou, por exemplo, a realidade escolar permeada de relatos de violência presentes nas falas dos estudantes. Infelizmente, essa informação apareceu na maioria das escolas analisadas,

Na seção 7 nomeada “Objetivos da Educação, do Ensino e das Aprendizagens”, um dos tópicos afirma que deve avaliar o educando no seu caráter integral, respeitando suas diferenças. Entende-se, a partir desse excerto, que a avaliação considerará as potencialidades dos estudantes e não se resumirá a um momento específico de avaliação, dessa forma, se aproximando da prática avaliativa formativa.

Entre as discussões em torno da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, se define como objetivo realizar processos avaliativos e interventivos na perspectiva da avaliação formativa com vistas às adequações pedagógicas e/ou atendimentos complementares (SEEDF, 2023a, p. 27).

Durante o bimestre estão previstas ações de reagrupamento, projeto interventivo e provas bimestrais, não mensuradas numericamente, que buscam detectar a “aprendizagem e a não-aprendizagem” dos conteúdos de cada ano (SEEDF, 2023a, p. 34).

A Seção 11, que trata sobre Avaliação dos Processos de Ensino e de Aprendizagem: concepções e práticas preveem momentos coletivos de avaliação com a comunidade escolar, em que todos são avaliadores e avaliados. A avaliação do PPP se apresenta interligada a avaliação institucional, de forma processual e deve fazer as modificações e ajustes necessários.

A avaliação escolar seguirá como princípio o regimento da Rede Pública de Ensino do DF, no propósito de averiguar o grau de instrução e o conhecimento dos alunos, buscando suprir as defasagens e traçar a melhor metodologia de ensino. A avaliação não deverá ser vista unicamente como a aplicação de provas, sejam objetivas ou subjetivas, existem múltiplas avaliações que traçam o nível de conhecimento e as dificuldades dos discentes, sejam elas: trabalhos em grupo, seminários, jornal falado, questionários, estudos dirigidos, preparo de materiais pedagógicos etc. (SEEDF, 2023a, p. 38).

A avaliação praticada com intenção formativa promove reflexão contínua e coletiva sobre os processos vividos na aula e seus resultados, tendo sempre em vista os objetivos a serem atingidos. Os resultados da avaliação orientam a tomada de decisões e o replanejamento das ações pedagógicas, tendo sempre como foco a aprendizagem de todos os estudantes. (Silva; Villas Boas, 2017)

Ou seja, a escola considera que a flexibilização do planejamento dependerá das demandas apresentadas pelos estudantes ao longo da construção do conhecimento durante o ano letivo.

No subtópico “organização do trabalho pedagógico”, o documento (SEEDF, 2023b) apresenta como estratégia o uso de intervenções por meio de reagrupamentos ao longo do ano, para que o aluno possa continuar desenvolvendo suas aprendizagens e tendo suas necessidades atendidas de maneira processual, assim como previsto em uma avaliação formativa.

A concepção de avaliação adotada pela Unidade Educacional UE, também está presente no PPP (SEEDF, 2023b) quando se discute as metodologias de ensino, apresentando como base para as escolhas o documento da SEEDF, a saber, as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014-2016).

Na seção dedicada à avaliação do PPP, é apresentada uma concepção de avaliação para as aprendizagens, entendendo como algo que vai além de uma simples aferição de conhecimentos construídos pelos alunos em determinado momento de sua trajetória escolar. O documento faz uma longa apresentação sobre o conceito de avaliação formativa e defende essa concepção, sem deixar de enfatizar a importância da participação da comunidade escolar. Além disso, declara que a avaliação escolar se dará de maneira processual e com a utilização de diferentes instrumentos (SEEDF, 2023b).

De maneira geral, a avaliação está presente em diversos momentos (tópicos) do PPP (SEEDF, 2023b), inclusive na seção que trata sobre a permanência e o êxito dos estudantes e a que trata sobre a recomposição das aprendizagens. Também durante a apresentação do conselho de classe, afirmam que além de elencar as dificuldades dos estudantes, discutem as possíveis ações necessárias para que elas sejam sanadas. A concepção de avaliação formativa também está presente na seção “acompanhamento e avaliação do PPP”, que afirma que ocorrem reflexões acerca dos objetos e objetivos definidos previamente.

Trago como destaque a avaliação institucional, que assim como a lei de Gestão Democrática (Brasil, 1996, art. 14,) busca incluir todos os setores da escola, durante as coordenações coletivas, abrindo espaço e promovendo a participação, demonstrando a aplicação da avaliação como promoção da democratização.

A Escola é em exemplo de instituição que relaciona bem com o Diagrama Tríplice de Avaliação: Democratização, PPPs e Aprendizagem (Figura 1) pois apresenta e defende a

Durante a apresentação do plano de ação para implementação do PPP (SEEDF, 2023c), observa-se o uso de avaliações externas, diagnósticas e processuais, além da realização de avaliações internas como base para identificar habilidades e outros fatores a serem trabalhados e melhorados. Esses dados são apresentados e discutidos em conselho de classe, desvelando a função formativa como orientadora do trabalho pedagógico da escola de forma geral.

O PPP da Escola Estudantes apresenta forte embasamento teórico acerca da avaliação formativa, estando presente em diversos momentos ao longo do texto. Logo nos objetivos, o texto do PPP prevê “assegurar o processo de avaliação institucional, mediante mecanismos internos, com transparência de resultados e prestações de contas à comunidade, a fim de que os ajustes necessários estejam em consonância com as necessidades de todos” (SEEDF, 2023c).

Na seção denominada “Organização do trabalho pedagógico”, indica que no início do ano letivo a escola promove momentos de reflexão e debate sobre o Currículo em Movimento e os temas transversais, promovendo a construção do currículo adaptado à realidade da escola. Outra prática expressa na construção do texto PPP é que a escola faz semanalmente reagrupamentos intra e interclasse (SEEDF, 2023c).

Explícita, novamente, a avaliação quando afirma que a cada início de bimestre é realizado o teste de diagnóstico para verificar possíveis e esperados avanços. Ao final dos bimestres, os professores planejam uma avaliação de aprendizagem. Também são realizados os conselhos de classe e a reunião de pais para entrega de resultados. Um ponto que merece destaque são as funções dos monitores. Eles acompanham os estudantes e auxiliam o professor na observação e no registro de comportamento dos discentes. Também participam do conselho de classe.

A avaliação é citada novamente quando se discute o papel do coordenador. Entre o plano de permanência e o êxito escolar, apresenta a promoção de uma avaliação processual e contínua. Ainda na seção “Organização do trabalho pedagógico”, o PPP discorre sobre as metas e fala sobre a importância de um diagnóstico, uma sondagem pedagógica, que viabilize a adoção de intervenções e contato com a família, caso seja necessário. A promoção mensal de momentos de avaliação institucional também entra para a lista de metas do documento (SEEDF, 2023c).

Na seção que trata sobre avaliação, denominada “Avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem: concepções e práticas” apresenta a concepção adotada como algo que ultrapassa o caráter classificatório. A instituição, então, afirma ser uma escola comprometida com a transformação social e por isso adota uma avaliação de forma contínua processual, diagnóstica e cumulativa, valorizando o progresso do estudante através de seus conhecimentos e identificando o alcance dos objetivos, das competências e habilidades previstas (SEEDF, 2023c).

A Escola Classe Estudantes propõe uma ficha de acompanhamento do estudante, em que são registrados fatos importantes em relação a vida escolar do estudante. Vale a pena ressaltar a importância em relatar não somente os pontos que precisam de intervenção, mas também as ações positivas. Fato comentado por Villas Boas durante a entrevista realizada em 2023 para desenvolvimento deste artigo, que diz aprovar a ideia, quando esses registros são usados de maneira que promovam a aprendizagem dos estudantes e não um julgamento, ocasionando em uma avaliação informal não democrática.

Além da ficha, existe uma pasta de diagnóstico, prática também comentada por Villas Boas durante a entrevista, e é utilizada pela equipe escolar. É um documento interno, mas que pode ser acessado, caso os responsáveis solicitem, diretamente na secretária. A partir dessa declaração, surge a dúvida se os responsáveis são informados sobre a existência e a funcionalidade desse documento.

Dentro da seção sobre avaliação, existe um subtópico que fala sobre a avaliação em larga escala e sobre a avaliação institucional. Nesse sentido, o texto do PPP (SEEDF, 2023c) afirma que todos os colaboradores são avaliados e avaliadores, remetendo assim a uma avaliação formativa como consequência um processo de autoavaliação. Para essa reflexão, o PPP da Escola Classe apresenta como referencial teórico um livro de Villas Boas (SEEDF, 2023c).

A concepção avaliativa também é percebida nas ações propostas pela instituição, como um trabalho desenvolvido pelos professores regentes, uma vez por semana, durante duas horas, no turno contrário ao de aula, procurando sanar as dificuldades dos estudantes, utilizando jogos e atividades diferenciadas. Villas Boas, destaca em entrevista, que se trata da prática da concepção de intervir no momento adequado, conforme as necessidades.

Movimento, a BNCC (Brasil, 2018) e a LDB (Brasil, 1996). Criança apresenta toda a equipe da escola como uma forma de valorizar os profissionais atuantes na instituição (SEEDF, 2023d).

Por meio do diagnóstico da realidade escolar, infere-se a promoção de passeios para lugares não visitados constantemente pelas famílias com o intuito de diversificar os espaços de cultura acessados pelas crianças. O planejamento do trabalho pedagógico da escola fundamenta-se de forma significativa que envolva todo os campos de experiências determinados na BNCC, mas também os desejos e interesses manifestados pelas crianças (SEEDF, 2023d). Para que tal ato se concretize é necessário um olhar atento e a prática da escuta ativa das professoras nas salas de referência. Prática esta que se aproxima ao conceito da avaliação formativa proposta.

Entre os princípios éticos se encontra a valorização da produção das crianças e o apoio à conquista da autonomia, assim como proposto por Villas Boas (2017). Em discussão sobre a avaliação formativa, a prática constante de feedbacks e a valorização de produções, levando em conta a trajetória percorrida pela criança. Também nos objetivos específicos é possível identificar elementos característicos da avaliação formativa, como escuta sensível, planejamento, valorização de produções (Villas Boas, 2020).

O Jardim de Infância Criança apresenta o currículo e se planejam como um instrumento aberto, disponível para flexibilizações como percebido no trecho retirado de seu PPP:

Na educação infantil, é importante criar situações que promovam o desenvolvimento das habilidades previstas pela BNCC e sejam explorados os campos de experiência, mas ressalta-se que as aprendizagens também acontecem nos momentos livres, sem intencionalidade pedagógica, por isso a importância de saber o momento de intervir e repensar a prática, flexibilizando a rotina e adequando as atividades de acordo com as necessidades e desejos das crianças (SEEDF, 2023d).

A seção que trata sobre a avaliação dos processos de ensino aprendizagem concepções e práticas declara a utilização da avaliação na concepção formativa que acolha e encoraje a criança, percebendo suas dificuldades e limitações e traçando estratégias para que avance. O texto do PPP (SEEDF, 2023d) apresenta diferentes instrumentos avaliativos, entre eles o uso de relatórios descritivos, observação e construção de portfólios. Os registros do conselho de classe são disponibilizados dentro da escola, e são considerados uma das mais relevantes instâncias avaliativas segundo o PPP (SEEDF, 2023d). O que gera certa incoerência, pois se é considerado uma das instâncias mais relevantes, deveria contar com a participação, ou, ao menos, serem compartilhados com os pais e com as crianças.

Apesar desse momento de inconsistência, a instituição Criança faz uma boa análise daquilo que se propõem em relação a avaliação para as aprendizagens, como demonstra o trecho a seguir:

O Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil destaca que a finalidade básica da avaliação é servir para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar, se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula. Ou seja, a avaliação deve servir para o professor refletir sobre sua prática buscando estratégias diferenciadas para acompanhar e valorizar as aprendizagens das crianças (SEEDF, 2023 d).

Além disso, assim como afirmado por Villas Boas durante entrevista, as crianças sabem sugerir como se avalia na educação infantil. Não por meio de provas, mas por conversas sentados no chão, sentados na rodinha. Compartilham como foi o dia, o que foi bom, o que precisa ser melhorado. A pesquisadora afirma que isso é avaliação. As falas das crianças devem ser consideradas para a reformulação da prática do professor.

CONCLUSÃO

A LDB (Brasil, 1996) afirma, como direito, a oferta de uma educação de qualidade no Brasil. Mas o termo “qualidade” é subjetivo e varia de acordo com os interesses da comunidade, leva em consideração o contexto histórico-cultural e deve ser construído de forma coletiva. A concepção de educação de qualidade deve ser objeto norteador para a implementação das políticas avaliativas da escola, que se utilizam da avaliação formativa para a concretização das aprendizagens. Segundo os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento (2014), a aprendizagem só se torna viável quando o Projeto Político-Pedagógico, que contempla a organização escolar, considera as práticas e os interesses sociais da comunidade.

Infere-se, a partir da entrevista com Villas Boas e a discussão sobre PPP e aprendizagem e democratização, que a gestão democrática e a construção coletiva dos documentos, definindo entre outros a concepção avaliativa da Escola, atuam como instrumento de luta em busca da garantia de uma educação de qualidade, democrática e que pode ser decisiva na formação de um sujeito crítico (Villas Boas, 2020).

Conclui-se que, de maneira geral, os PPPs das escolas analisadas declaram a concepção formativa como norteadora, mas observa-se a utilização de alguns recursos que se afastam do conceito, como por exemplo, não estabelecer uma comunicação constante sobre o desempenho dos estudantes e a política de *feedback*, pressuposto da concepção avaliativa para as aprendizagens (Villas Boas, 2017).

A inclusão de ações que proporcionem um letramento avaliativo para toda a comunidade escolar, que contemple as necessidades de cada área específica dentro do âmbito avaliativo daquilo que lhe cabe, assim como comentado por Villas Boas em entrevista (Informação verbal, 2023) poderia auxiliar na implementação de uma avaliação mais democrática.

Em entrevista, Benigna afirma que a avaliação é um dos componentes mais importantes da organização do trabalho pedagógico, porque ela o inicia, ela o dá continuidade e ela o conclui, por isso é necessário que todos estejam letrados naquilo que contempla a avaliação.

Tornar todos conscientes do processo avaliativo é uma das garantias da função democrática da escola, ao pressuposto que poderão assim defender e julgar a formulação do PPP de maneira mais assertiva e, a partir disso, construir, de forma coletiva, uma concepção de avaliação para as aprendizagens comprometida com o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Sobre projeções futuras, acredita-se que as práticas escolares irão aos poucos se adequar à função formativa, conforme o acesso à informação e ao conhecimento específico seja aprofundado e discutido em cursos de formação continuada e de formação inicial. Espera-se que novas pesquisas busquem entender se a realidade da escola consegue alcançar aquilo que é

proposto no PPP e entender, caso não, como solucionar os problemas que impeçam sua efetivação.

PROJEÇÕES FUTURAS

Após a apresentação deste artigo, pré-requisito para a aprovação no curso de pedagogia, pretendo continuar meus estudos na área pedagógica e concluir o curso na Universidade de Brasília. Continuarei me atualizando sobre o tema avaliação para conquistar a oportunidade de colocar na prática de sala de aula tudo aquilo que discutimos como pressuposto teórico. Encerro essa etapa empolgada para carregar as vivências da Universidade para a aplicabilidade no chão da escola, usando o conhecimento como instrumento de luta e de democratização.

Espero ser capaz de desenvolver mais o assunto e tentar aprofundar os estudos publicando o artigo em uma revista científica e participando do processo de mestrado e outras formações continuadas. Como recomendação da banca examinadora, desenvolver maiores estudos complementares a partir da pesquisa inicial para um estudo comparativo entre a avaliação em escolas classe e escolas de educação infantil.

Além disso, assim como pressupõe a legislação que trata sobre educação, pretendo meu desenvolvimento pleno, me dedicando em outras áreas da vida, como a aprendizagem de línguas estrangeiras, leituras de livros literários, passar tempo com as pessoas que eu amo e me reconectar com a dança, sem deixar minha paixão pela educação se esvaecer.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CORRÊA, Maria Theresa de O. in: a VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (org.). Conversas **sobre avaliação**. Campinas, SP: Editora Papirus, 2020. Edição do Kindle. (2020)
- DEMOCRATIZAÇÃO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/democratizacao/> Acesso em: 18 nov. 2023
- DEMOCRATIZAR. In: **Houaiss**. Site: Uol. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#2. Acesso em: 24 fev. 2024
- DEMOCRATIZAR. In: **MICHAELIS**. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=democratizar> Acesso em: 24 fev. 2024
- DISTRITO FEDERAL. **Administração Regional do Gama**. [2023]. Disponível em: <https://www.gama.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em movimento do Distrito Federal**: Ensino Fundamental: Anos Iniciais – Anos Finais. Brasília: SEEDF, 2014.
- MATTAR, J; RAMOS, D. **Metodologia da Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. São Paulo: Editora Almedina Brasil, 2021.
- POPHAM, W. J. (2008). Transformative assessment. Alexandria: ASCD in: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (org.) **Conversas sobre avaliação**. Campinas, SP: Editora Papirus, 2020. Edição do Kindle.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes de Avaliação Educacional**: Aprendizagem, institucional e em larga escala. Brasília: SEEDF, 2014-2016.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Educação**. Brasília, DF: SEEDF, 2023a.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Estudantes**. Brasília, DF: SEEDF, 2023b.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Escola**. Brasília, DF: SEEDF, 2023c.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político-Pedagógico do Jardim de Infância Crianças**. Brasília, DF: SEEDF, 2023d.

SILVA, Edileuza Fernandes; in: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. (org.) **Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2017. Edição do Kindle.

SILVA, Pâmella. **TCC: Metodologias**. Publicação independente, 2017. Edição do Kindle.

SINCLAIR, Stéfan; ROCKWELL, Geoffrey. **Termos: Ferramentas Voyant** [2023]. Disponível em: <https://voyant-tools.org/?lang=pt&corpus=bffe4f8d2bed5d7d8b0b6f8a05b43aea&view=CorpusTerms>. Acesso em: 23 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Matriz Curricular: Pedagogia/FED - Licenciatura- Presencial – D. Brasília: UnB, 2019**. Disponível em: https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=414229. Acesso em: 10 nov. 2023.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. In: Veiga Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola – uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (org.) **Conversas sobre avaliação**. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2020. Edição do Kindle.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. (org.) **Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2017. Edição do Kindle.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

Modelo para entrevista com objetivo de pesquisa

Identificação

Nome completo: _____

Idade: _____ Telefone: () _____ Celular: () _____

E-mail: _____

Data da Entrevista: ___/___/___

Local da Entrevista: _____

Roteiro de entrevista semiestruturada para professora Benigna Villas Boas

1. Pesquisando um pouco sobre a senhora, percebi que possui um blog em que publica sobre educação. Como idealizadora do blog, a senhora poderia compartilhar um pouco mais sobre o processo de criação das postagens e sobre o desenvolvimento do projeto?
2. Em seu livro *Conversas sobre Avaliação*, a senhora traz que a LDB defende a educação democrática e afirma que todos devem se envolver no processo avaliativo. Como a gestão democrática pode influenciar a reflexão sobre o processo avaliativo nas escolas?
3. Logo no primeiro capítulo do livro *Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico*, a senhora escreve em discussão com 2 autores André (1990) e Freitas (1989, pp. 6-7) que consideram a gestão escolar democrática a principal garantia de mudança das relações de trabalho no interior da escola, nos limites da sociedade na qual se insere. “Esse tipo de gestão, prossegue o autor, constitui um elemento facilitador para novas alternativas didáticas que, entretanto, não serão criadas no isolamento da sala de aula. É preciso, pois, que o coletivo dos professores reflita sobre a necessidade de se criarem novas bases para a organização do trabalho pedagógico, o que poderá possibilitar o surgimento de novas formas de trabalhar em sala de aula.” Sabendo que o PPP deve ser construído também de forma coletiva. Como a formulação do PPP interfere na escolha de uma avaliação voltada para as aprendizagens?

4. Em uma das publicações do blog do GEPA, Helder Gomes fala sobre Letramento em avaliação e afirma que ser letrado é desenvolver saberes sobre a natureza e premissas da avaliação, além de suas funções e finalidades, e conseguir contextualizar esses saberes nas práticas cotidianas avaliativa. Para senhora, o que caracteriza um letramento em avaliação?

Fonte: elaboração da autora.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM VILLAS BOAS

Maria Clara Rodrigues Bernardino - M
Benigna Maria de Freitas Villas Boas - B

M- Como idealizadora do blog, a senhora poderia compartilhar um pouco mais sobre o processo de criação das postagens e sobre o desenvolvimento desse projeto?

B- Sim, Maria Clara, lógico que posso. Eu tenho o meu site, que está em meu nome, e também nós temos o blog do GEPA, que é o Grupo de Pesquisa em Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico. Mas eu vou falar sobre o meu site. É a sua pergunta. Por que eu decidi criar um site? Porque é uma forma mais rápida, mais fácil, mais dinâmica de a gente se comunicar com as pessoas, dizendo o que a gente tem feito, as descobertas que têm, que está fazendo, as leituras. Eu gosto de colocar no site os livros que têm sido lançados, principalmente sobre avaliação e organização do trabalho pedagógico, porque é uma contribuição que eu posso dar aos meus leitores, àqueles que me acompanham. E é um trabalho muito prazeroso, sabe por quê? Porque uma coisa é a gente escrever um artigo para publicação numa revista científica. Outra coisa é a gente escrever capítulos de livro. No site a gente fica mais livre. São textos menores, com uma linguagem mais aberta a qualquer tipo de leitor da área da educação. Às vezes até quem não é da área da educação costuma ler minhas publicações e dizer assim “Nossa, eu nunca tinha ouvido falar sobre aquilo que você falou. Por exemplo, sobre o conselho de classe. Você lançou uma ideia muito interessante para que as escolas aproveitem.” Então, eu ouço críticas no bom sentido sobre as publicações que eu faço e até sugestões. “Olha, você precisa escrever sobre tal tema assim e assim”. Isso me deixa feliz porque eu percebo que as pessoas estão acompanhando e prestando atenção. Porque a gente vê pelo site, a gente sabe o número de leitores. Mas a gente não sabe quais são as pessoas, a não ser que elas se comuniquem comigo, que façam perguntas, que haja algum tipo de interação. Mas ouvir das pessoas sugestões para outros temas ou até dizer: “olha, não concordo com aquilo que você disse”. Isso ocorre muito com minhas filhas. Elas se sentem mais à vontade de dizer: “Mãe, mas olha, tal coisa que você escreveu, eu acho que não é bem assim”. Porque aí elas dão as razões delas. E eu repenso, ou então eu digo não, mas é por isso, eu justifico porque eu entendo daquela forma. E eu procuro publicar com muita frequência. Eu acompanho, por exemplo, notícias que me vêm pela internet, informações novas, lançamentos de livros. E eu público tudo isso, porque eu mantenho os meus seguidores bem-informados. E é interessante também que quando eu faço atividades em escolas, muitas vezes as pessoas já me conhecem pelo site ou pelo blog do GEPA. Quem não me conhece pessoalmente, me conhece por lá. Ou então sabe de algum livro que eu publiquei, mas um livro é uma coisa. Um pequeno texto para um site, para um blog, é mais coloquial. São ideias mais curtas. É muito interessante e dá muito prazer.

M- E é bom que há uma forma de informar mutuamente. É o mesmo tempo que você informa os leitores dos livros que você acha publicação, quando eles retornam as mensagens, você também descobre livros novos. Exatamente.

B -Olha, ontem mesmo eu vi por meio de um outro grupo que eu sigo, que o Cipriano Carlos

Luckesi está lançando um outro livro sobre avaliação. Porque o último livro dele foi de 2021. Nós até analisamos no GEPA um livro, muito interessante, sobre a avaliação, parece que é a avaliação escolar. Não, “Avaliação na escola: o passado, o presente e o futuro da avaliação”. Então é muito interessante, principalmente quando ele analisa o passado da avaliação, porque ele começa pelos jesuítas, como funcionavam as escolas, quando os jesuítas chegaram ao Brasil, as escolas que eles instalaram, como era o sistema de avaliação. Depois, no século seguinte, que é o segundo capítulo do livro dele, falando das pedagogias tradicionais, ele apresenta a pedagogia de Comênio, em que a avaliação era muito mais severa do que o que os jesuítas propunham. Ele propunha cinco tipos de avaliação, das quais apenas uma era de responsabilidade do professor. Isso no século XVII. E muita coisa disso não é o que a gente ainda pratica nas escolas? Essa obrigatoriedade de prova, prova, prova. Muitas vezes o professor rejeita outros procedimentos de avaliação que facilitem mais para o aluno, no sentido de ele se expressar de outro modo, não apenas por meio das palavras de autores. Eu gosto muito, quando eu tenho notícia de algum material que foi lançado, eu logo comento, peço a uma colega do GEPA que faça uma publicação para o blog do GEPA e eu ponho no meu site. Eu acho que os tempos atuais nem só sugerem, exigem isso. É uma forma de relacionamento mais ampla com o setor educacional de modo geral.

M- Vou para a próxima pergunta. Em seu livro, *As Conversas sobre a Avaliação*, a senhora traz que a LDB defende a educação democrática e afirma que todos devem se envolver no processo avaliativo. Como a gestão democrática pode influenciar a reflexão sobre o processo avaliativo nas escolas?

B- Muitíssimo. Porque uma gestão impositiva, certamente, influenciará os professores a avaliarem de uma forma impositiva também. Já uma gestão democrática sugere aos professores desenvolverem o trabalho de modo geral de uma forma mais agradável, mais aberta, possibilitando a participação dos estudantes até a participação das famílias. E isso se reflete na avaliação. Por que a avaliação tem que ser aquele ato pedagógico imposto, decidido apenas pelo professor? Por que a organização da sistemática de avaliação não pode ser combinada com os estudantes? Alguém pode dizer assim, não, mas isso só pode ser feito com estudantes maiores. Gente, eu acho que não. A gente vê crianças na educação infantil, elas sabem sugerir muito bem como é que se avalia na educação infantil. Não é por meio de prova, não é por meio de papel e lápis. São conversas sentados no chão, sentados na rodinha, como foi o dia, o que foi bom, o que precisa ser melhorado. Isso é avaliação. E é uma avaliação que os vai preparando para os anos escolares seguintes. Isso não pode ser feito no ensino fundamental, até no final do ensino fundamental? Claro que pode. A avaliação tem que ser uma prática dialogada com os estudantes. Eles podem sugerir meios de avaliação, recursos de avaliação, de modo que tudo que eles façam seja analisado pelo professor. Não corrigido, eu não gosto da palavra corrigir, porque corrigir dá a impressão de que a gente já espera que vá haver erro. Não, a gente não corrige a atividade do aluno, a gente analisa, aponta aquilo que ainda precisa ser melhorado. Mais bem desenvolvido, conversa com ele o mais rapidamente possível, não demora passar uma semana, e dá oportunidade a ele de refazer o seu trabalho, de modo que ele perceba o que ele aprendeu e ele se sinta bem nesse processo. Isso é a gestão democrática da avaliação aliada à gestão democrática da escola. O que é a escola construir o seu projeto político- Pedagógico? É no sentido de garantir uma gestão democrática, porque o PPP tem que ser construído coletivamente. Ele tem que contar com a colaboração dos pais, ele tem que ser, não só do conhecimento, mas ter a colaboração de todos, de todos que atuam

na escola. Eu acompanho o trabalho de uma escola classe, em que eu vejo lá nos conselhos de classe, nas coordenações coletivas, nos encontros com os pais, como a participação é ampla, como a escola toma decisões a partir desses encontros que mantém com todos aqueles que atuam dentro da escola e com as famílias dos estudantes e com os próprios estudantes. Gente, a coisa mais linda é solicitar aos estudantes que ajudem o professor ou a professora a decidir. Eu estou querendo aplicar uma prova. O que vocês acham? É melhor uma prova ou vocês sugerem outro tipo de atividade? Olha, discutir com a turma se é isso ou aquilo. E por quê discutir com ele? As vantagens. E acatar as sugestões deles. Se for a prova, que dia vocês acham que é melhor? Nós vamos fazer uma prova mais ampla ou vamos acompanhar as aprendizagens de uma semana, de 15 dias? Ah, professora, não. Tem muita coisa para estudar. Vamos fazer a prova sobre isso, isso e isso. Combinar com eles. Isso é uma forma de prepará-los para crescerem como cidadãos conscientes. Alguém pode dizer assim, mas imagina, o professor perguntar para uma criança como ela quer ser avaliada. Isso é facilitar demais o trabalho. Mas a gente tem que facilitar a incorporação das atividades. Porque pela imposição a criança fica chateada. Só o professor decide tudo. É tudo que ele quer, na hora que ele quer, do jeito que ele quer? Não. A sala de aula é uma comunidade. E avaliação é esse meio que propicia o professor ser ou não ser democrático. E até ajudar os pais a repensarem como eles lidam com os seus filhos em casa. Repressivamente ou discutindo as questões com eles. Porque as ações da escola repercutem. Repercutem nas famílias. E nas reuniões com os pais isso tudo pode ser debatido. Eu acho interessante que nessa escola clássica, o trabalho eu acompanho, eles não chamam de reunião com os pais. Eles chamam de escola aberta. Num sábado a escola está aberta. Os alunos podem ir com eles, podem sentar com eles. Alguns sentam. Sentam e a professora conversa sobre o desenvolvimento dele, junto dele, ele participando da conversa. Que coisa mais linda do que isso? Pra não ficar aquela conversa reservada entre a professora e a mãe ou pai. Ele é a pessoa mais interessada naquela conversa. Ele deve estar presente.

M- Ele é o motivo daquela conversa.

B- É o motivo. A escola precisa ser mais incisiva e insistir com os pais para que levem seus filhos com eles. Sentarem junto com eles. Ao final da reunião, cada professora analisa como pai ou a mãe ou o casal que vai ou o representante da família. O registro avaliativo, o RAV, o registro de avaliação. Nesse dia a professora já tem o registro pronto e lê e discute com a pessoa que for à reunião. Tudo aquilo que ela registrou no relatório. E como ela já sabe que é um documento que vai inclusive ser assinado pelo pai ou pela mãe E vai ser discutido ali, ela tem muito cuidado ao escrever. Por exemplo, o cuidado que eu até já conversei com elas lá em reunião: não usarem palavras, adjetivos qualificando a pessoa do estudante. Mas falando sobre as atividades dele. Em que ele precisa melhorar. Não dizer que ele é desobediente, que ele fica andando à toa pela sala, que ele faz, que ele briga muito. Não usar, descrever a participação do aluno em sala assim de uma forma que não atinja a pessoa dele. Mas o processo de aprendizagem. E eu percebo que eu não vejo nenhum pai nem mãe insatisfeito. Eles leem com a professora aquele documento, o RAV, terminado ali. Ele se assina, que aquele é um documento da escola, fica arquivado na escola. Se alguém quer cópia, passa na secretaria, naquele momento solicita a cópia e leva pra casa. Isso é uma gestão democrática. A escola não esconde pra ela os resultados da avaliação. Eles são socializados com os pais que são os principais interessados nesse processo de aprendizagem dos estudantes. Então, eu acompanho esse trabalho há dois anos. Como eu tenho aprendido na escola? Como eu tenho aprendido? Uma coisa maravilhosa. Porque uma coisa é, assim, uma professora universitária

entrar numa escola e fazer uma pesquisa. Ficar quietinha, observando. Outra coisa é poder... E quando eu entrei lá, eu ficava muito quietinha mesmo. Eu só comecei a participar, assim, a me introduzir em alguma conversa quando eles me solicitavam. Então, a partir dali, eu fui... Aí eles foram me colocar no grupo de WhatsApp da escola. Não fui eu que pedi. É porque eles sentiram confiança em mim. Eu passei a pagar a APM da escola. Eu entro lá, eu tomo um cafezinho. Eu tô lá com as professoras.

M- Participando da comunidade.

B- Todo mês eu contribuo pra APM. Ou vou às festas juninas, ou vou aos almoços de encerramento de semestre, encerramento do ano letivo. Tudo é aprendizagem pra mim. E significa que é uma gestão democrática. Porque se não fosse democrática, não iam permitir a minha presença lá da maneira como eu sou. Eu entro, até o porteiro já me conhece, cumprimenta pelo nome. Só que eu tenho o seguinte cuidado. Ontem mesmo eu estive lá pra conversar com o coordenador pedagógico. Mas eu entro, antes de procurá-lo, eu passo pela direção pra cumprimentar a diretora.. Se alguém chegar numa casa e não cumprimenta a dona da casa, nem o pai da família, tem alguém que tá ali responsável. Não, a diretora representa a escola. Ela me diz. Então eu vou lá, digo, bato um papinho, falo “agora eu vou conversar com fulano”. Aí eu vou, tranquilamente. Por isso que a escola me aceita também. Quer dizer, é uma democracia de mão dupla. Então, eu tô contando pra vocês só as coisas positivas. Alguma coisa, bem que quase nada, eu diria, precisa melhorar lá. Porque se eu tivesse algum ponto negativo, eu não ia dizer pra ninguém. Só lá, às vezes, lá, quando eu vejo um momento, eu já queria dar uma sugestão. Isso assim, assim. “Vocês não acham melhor fazer assim?” Mas depende do momento também. Sabe? Eu não tô lá pra dizer, a professora da UnB, né? Ela acha que ela sabe de jeito nenhum. Quem entra numa escola tem que saber quem sabe das coisas. É a escola, não é a UnB. De jeito nenhum. A escola que tá ali no dia a dia, nas greves, na falta de recursos, os pais que às vezes criam muito caso com a escola, sabe? Então, é isso.

M- Eu acho que a gestão democrática, então, influencia até no como o professor gere dentro de sala de aula, né? Diretamente, assim.

B- Com certeza. Depende do ambiente. Como eles se encontram nas coordenações coletivas, no conselho de classe. O professor não tem coragem de ser um professor retrógrado, impositivo, se não é o que o grupo é. Ele vai repensar qual é a situação dele naquela escola. Então, a gestão democrática, eu acho que ensina muito o professor a trabalhar. Orienta muito o professor. Não é preciso ninguém ser pra ele. Basta ele se inserir na escola, pelo clima ele já percebe como deve ser a atuação dele em sala de aula.

M- Logo no primeiro capítulo de “Avaliação e interações com o trabalho pedagógico”, a senhora escreve com discussão com dois autores, André e Freitas, que consideram a gestão escolar democrática a principal garantia de mudança das relações de trabalho no interior da escola, nos limites da sociedade na qual se insere. Aí vou fazer uma citação aqui. “Esse tipo de gestão, prossegue o autor, constitui um elemento facilitador para novas alternativas didáticas, que entretanto não serão criadas no isolamento da sala de aula. É preciso, pois, que o coletivo dos professores reflita sobre as necessidades de se criarem novas bases para a organização do trabalho pedagógico, o que poderá possibilitar o surgimento de novas formas de trabalhar em sala de aula”. Sabendo que o PPP deve ser construído também de forma coletiva, como a formulação do PPP interfere na escolha de uma avaliação voltada para as aprendizagens?

B- Olha, a avaliação é um dos componentes mais importantes da organização do trabalho

pedagógico, porque ela o inicia, ela o dá continuidade e ela o conclui. E o processo avaliativo se desenvolve em toda a escola. Então, como a formulação do PPP interfere na escolha de uma avaliação, nas definições, nas discussões sobre os rumos do PPP, é que tudo isso é combinado. O PPP, por isso que ele não pode ser escrito, formulado pela direção da escola, sem a participação dos professores, e ficar com um documento lá à parte que vai só para a direção do sistema de ensino. A avaliação é dos elementos mais importantes na organização do trabalho pedagógico. Já que você citou Freitas, eu quero lembrar que em uma outra obra dele, ele diz que o trabalho pedagógico da escola se desenvolve por meio de dois pares dialéticos. Não sei se você leu alguma coisa sobre isso. O primeiro par é de objetivo e avaliação, o segundo é de conteúdo e método. Então, o que define a organização do trabalho pedagógico, o início da organização do trabalho pedagógico, é a definição dos objetivos e da avaliação. Porque a avaliação, a escola já tem uma avaliação do trabalho do ano anterior. A avaliação está sempre com continuidade ao trabalho. Então, o PPP do ano anterior já deve ter sido analisado, avaliado, já deve ter deixado os principais aspectos do trabalho que precisarão ser melhorados ou inseridos no próximo PPP. Então, a avaliação já existe. Vão ser elaborados os objetivos para aquele ano. Então, é um par que se forma. A avaliação não existe sem objetivos. Os objetivos não existem sem avaliação. A avaliação sem objetivos vai avaliar um vazio? Vai avaliar o quê? Para quê? Para que se avalia? Então, Freitas diz que são dois pares dialéticos que norteiam a organização do trabalho pedagógico da escola. Sendo que a avaliação é o que inicia, dá continuidade e o conclui. Resolvidos esses dois componentes, ou melhor, esse primeiro par dialético, aí é que vem conteúdo e método. Os conteúdos advêm dos objetivos e das decisões sobre a avaliação. A metodologia advêm dos conteúdos, dos objetivos e da avaliação. Então, são dois pares dialéticos que o professor, querendo ou não, estão presentes na organização do trabalho pedagógico dele, da escola como um todo e da sala de aula. Mesmo que ele não vislumbre essa existência. Porque o professor chega na sala de aula no início do ano letivo. Ele vai pensar, vai trabalhar com determinada turma. Vamos supor, uma turma de quarto ano. Vem de um terceiro ano. Certamente, principalmente se ele já é o professor da escola, ele sabe como os terceiros anos trabalharam no ano anterior. Quais foram as necessidades? Ele poderá conversar com as professoras que estiveram ali. E ele participou das reuniões o ano todo. Se ele já é da escola, ele já sabe. A avaliação que foi sendo feita ao longo do ano, ao final do ano, já lhe deu as coordenadas. Isso lhe dá condições de criar os objetivos. Como é que ele vai iniciar o ano letivo? Ele vai fazer uma avaliação diagnóstica. E é interessante porque nos PPPs, de modo geral, avaliação diagnóstica significa prova. Então, quando vem assim, avaliações diagnósticas, fica super claro, são provas. Quem tente, por avaliação diagnóstica, aplicar uma prova para saber como os alunos se encontram. Nem sempre. O professor vai reunindo informações que constituem a avaliação diagnóstica. Ele pode até aplicar uma prova para fechar os dados. E com as questões sobre as quais ele ainda tem dúvida. Mas avaliação diagnóstica é uma função da avaliação. Não significa essencialmente prova. Então, quando eu vejo avaliações diagnósticas, é assim. Está se referindo a provas, de modo geral. Olha, como é necessário que os cursos de licenciatura trabalhem bem a questão da avaliação. Para ajudar os professores a chegarem na escola. Então, o professor chega no primeiro dia, na primeira semana de aula, ele vai diagnosticar o trabalho da turma. Conversando, desenvolvendo já atividades para que ele vá percebendo ali. Sem colocar os alunos na berlinda. Sem amedrontá-los. Sem dizer, olha, eu quero saber o que vocês já aprenderam para a gente começar o trabalho. Porque quem ainda não tiver aprendido o conteúdo que ficou da terceira série, não sei não, já vai do projeto interventivo. Ainda bem quando fala em projeto interventivo. Porque muitas vezes as escolas não aplicam projeto

interventivo. Que é obrigatório na Secretaria de Educação. O professor chega, amedrontando. Ó, vai para o interventivo. Olha só o interventivo. Já vai. Quer dizer, incriminar a criança no primeiro mês, na primeira semana já para o projeto interventivo, é falta de tato. Tem que conquistar primeiro. Ver, enxergar, conversar. Procurar ser receptivo junto aos alunos. Então, para depois, se houver necessidade mesmo de encaminhamento já para ações interventivas, sim. Mas só tem que ser já. Não pode ser daí um mês. Nós vamos elaborar o projeto interventivo, quando for o momento a gente chama. Passou da hora, porque outras atividades já foram desenvolvidas nesse meio tempo e talvez a criança não tenha aprendido porque lhe faltam conteúdos, já podiam ter sido trabalhados. Então, quando você fala aqui do... como a formulação do PPP interfere na escolha de uma avaliação voltada para as aprendizagens, é como o PPP é conduzido. Isso tudo deve ser conduzido pelo coordenador pedagógico da escola. E aqui no DF, nas escolas públicas, há muitos horários de coordenação pedagógica, que é uma formação continuada na escola. Cabe ao coordenador pedagógico promover essa formação a partir das necessidades dos professores. Não é ele que define. Nós vamos conversar sobre tais assuntos. Depende das necessidades dos professores. É a gestão democrática. Os professores é que vão dizer em quais aspectos nós temos ainda algumas fragilidades. Precisamos discutir mais. E sempre pondo em destaque para trabalharem com os colegas, em vez do coordenador pedagógico, aqueles colegas mais experientes. Toda escola tem aqueles professores mais experientes. Olha a gestão democrática novamente aí. E olha a avaliação também. A coordenação pedagógica conhece o professor. Solicitar quem poderia organizar um estudo sobre tal tema. Eu até estava sugerindo para o coordenador pedagógico da minha escola ontem. No ano que vem, nas coordenações pedagógicas, sugerir temas para discussão a partir de leituras prévias de livro, de textos. Porque é uma formação continuada na escola. É a gestão democrática. Ainda na questão da avaliação, é o aprimoramento dos professores. Eles se sentem mais valorizados por estarem em dia com suas aprendizagens. Na escola, tudo se imbrica. A gestão democrática com a avaliação. Não existe uma gestão democrática sem uma avaliação democrática e vice-versa.

M- E até essa questão do coordenador pedagógico nas coordenações, de fazer uma própria avaliação formativa. Querendo ou não, já é uma avaliação formativa, que avalia as demandas dos professores para fazer algo sobre.

B- É uma avaliação formativa no âmbito da escola. Tem que ser um coordenador pedagógico muito hábil. Para não desmerecer nenhum colega, captar as necessidades e fazer sugestões, lançar para eles. “Vamos definir um calendário de discussões. Vamos fazer aqui um levantamento de temas interessantes para nós discutirmos. Quem sugeriria textos ou livros? Ou uma conversa com alguém?” Por que não chamar alguém para uma conversa na escola? Para variar o trabalho, não ficar só a equipe da escola ali, dialogando com eles. A gestão democrática tem um campo de atuação muito grande e as escolas têm oportunidade disso. Elas não são proibidas de fazer nada. Aqui não tem disso. A escola classe, as outras escolas, qualquer escola. Escola de Ensino Médio, qualquer escola da rede, tem a liberdade de organizar a sua coordenação pedagógica, chamar alguém para ir lá conversar com os professores. Não são tolhidas nisso. De jeito nenhum. Existem muitos defeitos na Secretaria de Educação, mas esses não existem. A parte pedagógica é bem tranquila para as escolas. Existe a necessidade, que eu também digo, porque eu converso com eles. Os documentos precisam ser atualizados. Você conhece o documento de diretrizes de avaliação? É de 2014. Precisa ser atualizado. As escolas

ainda usam, elas se baseiam nele para elaborar o PPP com relação à avaliação. Mas há muitas coisas que precisam ser melhoradas ali.

M- Professora, eu fiquei com uma dúvida. Você considera que o coordenador está ali na frente dos professores para saber o momento certo de intervir? Da mesma forma que um professor estaria em sala de aula para saber o momento certo de intervir com um aluno?

B- O coordenador, como o nome indica, ele coordena. Ele não impõe. Tem uma diferença na sala de aula, que na sala de aula o professor é que direciona. Ele é que sabe que os alunos precisam aprender. Mas ele tem que ter habilidade de não ser impositivo no sentido de não aceitar a sugestão dos alunos com relação a atividades, a momentos, a fazer isso, a fazer aquilo. Mas o coordenador pedagógico, até no PPP, houve tantas atribuições para o coordenador. Eu falei, coitado, ele não dá conta de fazer isso. Porque ele coordena a elaboração do PPP. Coordena o desenvolvimento do PPP ao longo do ano. Ele tem as coordenações coletivas. Todas as necessidades da Secretaria de Educação, da Unieb, da Unidade da Coordenação Regional de Ensino, tudo chega para ele tomar as providências junto aos professores. Ele é muito sobrecarregado. É uma figura muito sobrecarregada. Agora, ele não pode ser impositivo. Quanto mais ele puder solicitar a participação, a participação é uma palavrinha mágica. Ele tem que saber buscar participação. Senão ele não consegue. Não, porque o professor também é meio marrento. Eu vejo na escola, as professoras meio marrentas. Eu penso assim, tem coisa que nem todas vão fazer. Fica quietinha, observando. Mas o coordenador pedagógico é joia. É um rapaz de 30 e poucos anos, tem mestrado, é alegre, tem jogo de cintura. Não é impositivo. Quando ele vai fazer alguma apresentação para o grupo, ele apresenta os slides tão bonitos. Ele é tão prestativo. Eu vejo lá nessa atividade, eu não vejo nenhuma resistência a ele. Nem pela direção, nem pelas professoras. Não vejo, não. Agora, na sala de aula, já o professor, a coordenação dele, a turma, ele é mais diretivo do que um coordenador pedagógico. Eu acho que os alunos não têm como decidir certas coisas. Tem menos margem de participação, mas sempre que possível, a participação é necessária. E eu vejo as professoras lançando mão disso muito, muito, muito. E olha, elas trabalham com todas as escolas inclusivas. Todas as turmas têm crianças, principalmente do espectro autista. Há momentos lá, como as crianças reagem bem a isso. Eu fico encantada. Um dia eu estava numa turma, terceiro ano, tem uma menininha lá, Isabela, que era ainda início de ano. Eu soube que ela hoje já está muito bem orientada na sala, mas ela ainda estava bem... a turma que elas usam, às vezes ela fica desorganizada. De repente, ela levantou, se jogou no chão e começou a gritar. A professora continuou as atividades das crianças também. Eu fiquei assim incomodada, porque as crianças não se alteraram. A professora continuou, sabe? Teve uma hora que o menininho virou para trás e falou assim: “ela é assim mesmo”. Olha, me dizem... porque ninguém se importou. Lá pela Santos, a professora já conhece, sabia que já tinha dado showzinho dela, chegou perto dela e falou, Isabela, agora chega, agora você vai ficar em pé, sentar e levantar. E a menina trabalha. A menina levantou, sentou e trabalhou. A professora exigiu naquela hora, porque sabia que tinha que ser. E foi positivo. Não ia deixar ela no chão, ali se estribuxando o tempo todo. Falou firme, alto, os alunos não se alteraram. Estão acostumados, tudo continua normalmente. Depois eu falei com ela, R (Nome fictício), “tiro o chapéu para você, hein? Poxa vida, que atuação maravilhosa”. Ela falou, “Benigna, mas é, a gente tem que... porque eu conheço esse tipo de situação. Benigna, mas tem que ser, a gente sabe o limite de cada um, a gente sabe o que pode fazer com cada um”. Numa outra sala tem um menininho, como é que é o nome dele? “S” (Nome fictício). Ele é bem miudinho, dizem que ele é muito inteligente, que ele faz tudo. Ele é assim, autista e não suporta barulho, ele não

vai às festas, ele não suporta ruído. Então, tem hora que o negócio fica assim. Ou então ele levanta quietinho, a escola tem uma arezinha de escuber, cada sala tem uma arezinha de escuber. Ou então ele levanta quietinho, vai para lá, fica lá, anda, anda, anda, volta, senta, continua trabalhando. Tá vendo? Como que a professora sabe lidar, ela aprende, né? Ela fica conhecendo tão bem cada criança, que ela sabe como reagir, se é hora de reagir, se não é hora. Então, a coisa vai fluindo assim muito bem. Eu fico encantada. Eu falo pra elas, fico encantada. Não poderia imaginar que uma escola inclusiva funcionasse assim. Tomara que todas sejam. E assim é todo mundo. Lá tem psicólogo, tem psicopedagoga, tem orientador educacional, tem a sala de recursos. Então, quando alguma criança cria um problema muito sério, que a professora não pode contornar, ela recorre ao psicólogo, a outra pessoa que vai lá, ajuda. Ou retira a criança de sala, leva pra onde tem que ir, resolve, depois volta e tal.

M- Todo mundo ali realmente em comunidade pra fazer funcionar.

B- Todos conhecem, mas faz parte, sabe? Então, a diretora, vice estão lá, sabe? Se precisar delas, corre lá. Até o pessoal de limpeza, todo mundo é acostumado e ajuda em situações imprevistas. Eu espero que toda escola seja assim, que eu falo com elas. Gente, olha, eu tenho que aceitar e vocês são maravilhosas.

M- Acho que até pra ter essa liberdade de fluir entre todos os membros da comunidade, da escola.

B- É, mas mesmo assim, há pais que reclamam muito, muito, elas contam. Há famílias que passam dias sem levar filhos pra aula. Elas estão agora com uma situação complicada lá. Há um estudante de quarto ano que faz tudo muito bem. Acompanha tudo, mas tem um número absurdo de faltas. Então, ela diz que há um dilema.

M- E os registros de avaliação dele estão bons?

B- Tem ali, pois é, o RAV registra ali as faltas dele. Então, elas ficam no dilema. E agora? Vamos ver qual vai ser o desfecho.

B- Ah, sobre letramento. Nossa, isso aqui é tão bom. Eu amei você ter colocado isso, porque é um tema que me agrada profundamente. Você diz um texto do Helder, o Helder é diretor do CIL de Sobradinho, nosso colega do GEPA. É um texto que ele fez sobre nós lemos de material sobre letramento e avaliação. Então, você pergunta o que caracteriza o letramento e avaliação. Pois é, eu acho muito interessante, porque a gente analisou um material, e até um texto de uma professora da UNB, em que ela cita um autor americano, Stiglitz, que fala sobre o letramento e avaliação. E ele diz que fala sobre uma sociedade letrada em avaliação. Só que o que ele chama de sociedade não é essa sociedade mais ampla, é a sociedade escolar. Ele diz que todos devem ser letrados em avaliação. Então, os dirigentes educacionais, quer dizer, diretor, ex-diretor, equipe, diretiva da escola, os pais, os alunos. Então, o que ele chama de letramento e avaliação? Todos devem ser formados naquilo que lhes cabe com relação. É entender a avaliação. Os pais devem compreender a concepção de avaliação que o sistema de ensino adota. Talvez não precisem saber que adota-se a função formativa da avaliação. Não é preciso citar essa nomenclatura pedagógica, mas dizem que os documentos da Secretaria de Educação se baseiam para fazer a avaliação. Quer dizer, os pais têm que ser letrados no sentido de entender, conhecer

a concepção de avaliação, como seus filhos são avaliados, de que forma, como eles devem colaborar com a avaliação desenvolvida pela escola, para que eles deem prosseguimento em casa. Eu até acrescentaria, quando a gente discutiu isso, eu disse que eu acrescentaria o seguinte, até o porteiro da escola deve ser letrado em avaliação no que couber a ele. Porque ele deve usar uma linguagem com a criança, que usa qualquer estudante, daquela avaliação informal, que não atinja a pessoa de estudante. É assim, avaliar a pessoa de estudante, dizer, puxa, acusando, que isso? “Você chegou atrasado? Por quê?” Isso não é papel dele. “Você chega atrasado todo dia? Por quê? Assim você vai ficar reprovado e tal”. Quer dizer, o porteiro da escola deve ser preparado para receber os alunos, saber como ele vai conversar com os alunos, como ele vai recepcionar os pais. O que cabe a ele conversar com os pais, o que não cabe, o que é de responsabilidade da escola, não é responsabilidade do porteiro fazer uma análise do trabalho da escola. Isso é o que ele chama de letramento em avaliação. Cada um tem que entender daquela parte que lhe cabe. Por exemplo, o secretário de educação, as pessoas que lidam lá na sede da secretaria de educação, como a avaliação é o componente do trabalho pedagógico, que define todas as ações de todas as entidades, é preciso que a cúpula administrativa também saiba. Que tipo de avaliação as escolas adotam? Por quê? Eu acho que a secretaria de educação, todos deveriam saber em que consiste a função formativa da avaliação. Não se adota mais aquela avaliação retrógrada, do tempo dos jesuítas, podia até dizer para ela, no tempo dos jesuítas, funcionava assim, no século seguinte funcionava assim, hoje mudou, não é assim que funciona. O que a gente adota é uma avaliação formativa, aquela que promove as aprendizagens de todos. Então, todos os pais, a equipe diretiva da escola, toda a equipe, psicólogo, todos os orientadores, olha, a bibliotecária da escola, tem que ter uma, conhecer a concepção de avaliação da escola, para ela saber se dirigir aos estudantes, conhecer muito bem a avaliação formal. Porque, às vezes, ela é mais pernicioso do que a formal, né? Porque a formal é feita por meio de procedimentos que revelam o resultado. A informal pode atingir, assim, muito mal o estudante, quando põe apelidos, quando se dirige a pessoa do aluno, a indumentária deles, você responde mal, você, por exemplo, não é por aí. A avaliação informal não tem que ser feita nesse sentido. A avaliação informal é sempre no sentido de promover as aprendizagens, é de elevar o aluno, “você é tão capaz, seu trabalho de hoje, eu digo que ainda é uma palavrinha mais, seu trabalho de hoje ainda não ficou bem, você é capaz de fazer melhor”, mas dá orientação. Isso é que eu chamo de letramento, eu estico, ele não define tanto assim. Eu aproveitei a ideia central dele e eu costumo desdobrar isso, dizendo como a avaliação na escola pode ser feita de modo que todos sejam letrados. Nessa avaliação principal, com base na avaliação, ele não fala em avaliação formativa, mas nós trabalhamos com a avaliação formativa, né? Então, ela é a base do letramento em avaliação. Professores universitários não são letrados em avaliação, eles deveriam ser, todos, da arquitetura, da engenharia, da medicina, de todos os cursos de cálculo, principalmente de cálculo. Um conhecido meu abandonou o curso de engenharia da produção porque ele não suportou as aulas de cálculo, ele não suportou. Ele disse que no primeiro dia, um professor estrangeiro, num anfiteatro cheio, não usou microfone, falou, falou, falou, falou, terminada a aula, ele perguntou, alguma pergunta? Apenas uma menina se levantou e falou, professora, eu não entendi nada. Ele falou assim, então, dia tal, procure meu... como é que se diz lá? Monitor. No dia tal, às tantas horas, procure o monitor. Pode, numa universidade pública, num edital letramento em avaliação, dos professores universitários, eles têm que saber avaliar. Uma vez, uma professora me disse, conversando sobre avaliação com uma professora da UNB, ela me disse que ela fazia assim, quando ela ia ler trabalhos de alunos, ela não olhava o nome, ela cobria o nome. Ela lia, eu sabia, fossem provas, qualquer tradução do estudante, ela cobria

o nome, fazia aquele nome, depois era... porque ela sabendo quem era, podia influenciá-la na nota.

M- O problema da avaliação informal, né?

B- Olha que coisa! Eu fiquei assim, estarecida. Como a gente tem que conhecer, eu tenho que saber, tem que olhar nos seus olhos, tem que saber do que você gosta, conversar com você, pra eu saber avaliar as provas que você vai fazer, os textos que você vai elaborar, os projetos que você vai construir. Como assim? É melhor não saber o nome? Quer dizer, há muito mal-entendido, né? Com relação à avaliação. Muitas pessoas me acham maluca por dizer isso. De jeito nenhum. A avaliação tem que ser, principalmente na universidade. Tem muito aluno que chega numa universidade pública, já entrou lá, acha que pode fazer acontecer, então o professor tem que ser durão. Ser durão é ser assim, não respeitar o estudante, não ouvi-lo de jeito nenhum. Numa das minhas disciplinas, gostava muito de oferecer disciplina avaliação escolar. Eu comecei a ver, as primeiras semanas eu tinha uma estudante, muito bonitinha, muito bem arrumada, eu pensava assim, ela tem posse. Ela chegava, sentava assim, a mão dela foi pra mim, no lado do esquete. Durante algumas semanas, não participava das discussões. Eu falei, “meu Deus, o que eu vou fazer? Como é que eu vou abordar?” Aí eu me lembro que eu pedi uma atividade, pedi que eu fizesse, escrevesse sobre alguma coisa. Quando eu fui trabalhar com ela, era excepcional. Eu falei, tenho que conversar com ela. Aí eu cheguei perto dela e falei assim, “ô fulana, entreguei, gostei muito do seu trabalho. Você desenvolveu muito bem as ideias”. “Eu já li todo o material que a senhora mandou, leu o semestre. A senhora tem mais? A senhora pode me passar mais?” Eu falei, “posso”. Na outra aula, eu levei. Ela nunca abriu a boca na sala. Ela só se comunicava comigo assim, por papel, sabia? Imagina se eu tivesse feito assim. “Pois é, né fulana, a gente já tem três semanas de aula. E ela ficava olhando pro chão. Ela podia ser autista, sabia? Naquela época, ela não sabia. Olha, todos participam. Você só fica olhando pro chão, você não está acompanhando a aula. Eu estava acompanhando muito bem. Viu só?”. Pena que eu não pude encaminhá-la pra outro tipo de ajuda. Porque lá também na época não tinha um serviço que abordasse o estudante, ajudasse. Talvez ela precisasse de alguma ajuda com relação a trato com colegas. A gente não pode ser assim. Eu, na ocasião, também, eu tinha uma sala cheia. Eu sempre pedia um livro. Um livro. Um só. Não mais do que um. Porque eu acho que um estudante universitário tem que ter, em cada disciplina, tem que ter pelo menos um livro. Então, eu pedi um livro. E quem não comprava, eu falava, professora, eu não li porque eu não tenho livro. Eu falei assim, então hoje você vai levar o meu. Nem o meu. Não, no seguinte, eu chegava com o livro dele. Eu era muito legal. Aí teve, teve um, olha aqui, uma turma grande, tinha um rapaz bonito, alto, que ficava lá, encostava na parede. A gente trabalhava, discutia e tal, e eu via que ele estava, ele chegava comigo, grosso, ficava lá dentro. E eu sempre olhava para ele. Aí quando foi o dia, a turma estava assim, trabalhando, todo mundo, ninguém percebeu. Eu cheguei bem pertinho dele e falei assim, fulano, eu falei, é o nome dele. Eu vejo que eu estou se passando por esse livro. “Fecha esse livro, vamos participar da aula”. Ele ficou vermelhinho, ele fechou o livro e nunca mais levou o livro na aula. Depende do jeito como a gente fala. Não é? Olha, eu aprendi tanto com meus estudantes da UNB. Eu sempre falava, gente, minha turma, meus alunos são excelentes. Não era tudo mar de rosas, não. Mas eu conseguia conciliar, aprender, sabe? Uma ocasião também, tinha uma moça, não era novinha. Saia da sala toda hora, toda hora. Aí um dia, terminada a aula, e a turma foi saindo, eu falei, “fulano, está acontecendo alguma coisa? Está com algum problema?” Aí começou a chegar “ah professora, a senhora viu que eu fui ao telefone resolver um problema?”, ela me

contou, era um grande problema. Eu falei, “ah, que pena, mas olha, vê se você consegue resolver isso, para você aproveitar a disciplina”. E depois ela foi melhorando, ela foi conseguindo ficar na sala. Mas se eu falasse alto, para todo mundo, seria uma avaliação informal, desabonadora da figura do aluno, não é? Porque se eu estaria avaliando a pessoa e não o trabalho da estudante, não é?

M- Que querendo ou não, influencia, né? Lá no estágio tem um aluno que ele é muito bom na oralidade. Fala muito bem, ele desenha muito bem, mas ele tem muita dificuldade de se concentrar para sentar e fazer a prova. E aí, às vezes, as pessoas ficam chateadas comigo, porque eu defendo muito ele. Falo, gente, mas ele sabe, ele está falando para mim, ele sabe o que ele está fazendo, ele desenhou o que ele quer transmitir, ele conseguiu entender, mas eles não aceitam.

Eles não aceitam falam: “não mas na prova ele não tá colocando”, eu falo: “gente, mas ele sabe!”.

B- Mas precisa analisar a prova, talvez ele tenha alguma dificuldade com o instrumento prova, ele pode ter passado por alguma experiência negativa. Então no dia de prova quando ele vai fazer prova pode ficar travado, por que no dia da prova não se pede que ele faça aquelas mesmas coisas com uma outra linguagem, sem dizer que é prova? Porque ele vai prosseguindo, ele vai ter que fazer provas na vida, provas pra concurso provas de vestibular, então a prova também é necessária, mas ele precisa saber trabalhar prova. Pois é eu acho fascinante estudar avaliação

M- Só mais uma pergunta que eu fiquei pensando aqui, então o letramento seria como se fosse uma democratização do conhecimento avaliativo?

B- No significado da avaliação é que todos os que tem envolvimento com os estudantes que não sejam professor, que tem que ser letrado mesmo, lógico, coordenador pedagógico tem que ter letramento né? No sentido de conhecer os fundamentos teórico metodológicos da avaliação, mas aquele na escola que se relaciona com os estudantes têm que conhecer o significado de avaliação, qual a concepção de avaliação que é adotada, né? Porque às vezes as pessoas são acostumadas com aquela avaliação super tradicional de tempos atrás acham que ainda hoje e assim e até o modo de tratar o estudante não condiz com avaliação formativa, porque quando a gente utiliza avaliação formativa até a modalidade informal da avaliação tem que ser adequada, o modo de tratar o aluno, abordá-lo, de sugerir a participação dele, tudo isso compõe a função formativa da avaliação.